

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER  
Curso de Comunicação Social – Jornalismo

SHEILA ALVES MIRANDA

**QUEM CUIDA DA POPULAÇÃO ANIMAL DE CURITIBA**

CURITIBA

2017

SHEILA ALVES MIRANDA

**QUEM CUIDA DA POPULAÇÃO ANIMAL DE CURITIBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo ao Centro Universitário Internacional UNINTER.

Orientadora: Profª Me. Daniela Neves

CURITIBA

2017

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, que me deu força para chegar até aqui. Obrigada por me amparar e pela oportunidade de realizar esse sonho. Ao meu pai Michel Miranda e minha mãe Ika Miranda, pelo amor incondicional, pela força e palavras nos momentos mais difíceis. Por sempre acreditarem em mim e terem a certeza que esse momento chegaria, pois sem vocês nada disso seria possível. Agradeço ao meu filho Patrick Miranda, que é o amor maior da minha vida, que suportou meus humores instáveis. Ao meu namorado Paulo Marcelo Seixas, pelo incentivo e apoio nas horas de desespero e aflição, me amparando em todas as dificuldades. Agradeço ao meu amigo irmão Anderson Luís, pela paciência e amizade sincera durante todas as etapas que passamos juntos, e que possamos alcançar voos ainda maiores. A minha orientadora Daniela Neves, com quem eu tive o privilégio de conviver e contar com sua dedicação em toda jornada, me guiando passo a passo na preparação deste trabalho. Aos meus colegas de faculdade, pela força e por tantas lições aprendidas durante esses quatro anos. Ao meu amigo Kevin Capobianco, que suportou comigo os dias finais me ajudando na gravação do meu trabalho. As minhas amadas filhas de quatro patas, Sasha e Nicole, a quem devo todo amor, respeito e compaixão. A maior lealdade que eu tenho na vida. Muito obrigada a todos vocês!

"A grandeza de uma nação pode ser julgada pelo modo que seus animais são tratados."

Mahatma Gandhi

## RESUMO

Este estudo tem o objetivo de embasar teoricamente a grande reportagem em vídeo denominada “Quem cuida da população animal de Curitiba”. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico, com autores como Bill Nichols, Ricardo Kotscho e Ricardo Noblat. Posteriormente, é apresentada a produção da grande reportagem a respeito do tema. O assunto proteção animal ganhou visibilidade nos últimos anos, pois, apesar de existirem diversos regramentos jurídicos que protegem os direitos dos animais, além de mobilização da sociedade civil para tal, ainda há registros cotidianos de casos de abandono e maus tratos em animais. Assim, o trabalho apresenta levantamento teórico sobre reportagem em jornalismo televisivo, suas etapas, e faz uma diferenciação entre documentário e reportagem. Ainda mostra as etapas de produção da reportagem específica, entrevistando pessoas diretamente envolvidas na proteção, seja em organizações da sociedade civil, Poder Legislativo e Executivo. O objetivo deste trabalho é dar maior visibilidade ao tema, sobre a importância da conscientização para proteger a população animal da cidade de Curitiba.

**PALAVRAS-CHAVE:** Proteção animal. Reportagem televisiva. Jornalismo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	11
<b>3 PROTEÇÃO ANIMAL</b> .....	13
3.1 LEGISLAÇÃO.....	13
3.2 FUNÇÃO PARLAMENTAR.....	14
3.3 ONG'S.....	16
3.4 COMO A PROTEÇÃO ANIMAL ESTÁ ORGANIZADA NA PREFEITURA DE CURITIBA.....	19
<b>4 A REPORTAGEM EM JORNALISMO E NA TELEVISÃO</b> .....	21
4.1 GÊNEROS JORNALÍSTICOS.....	22
4.2 A GRANDE REPORTAGEM.....	24
4.3 JORNALISMO TELEVISIVO.....	25
<b>5 REPORTAGENS E SUAS ETAPAS</b> .....	29
5.1 PAUTA.....	29
5.2 FONTES.....	31
5.3 ENTREVISTAS.....	32
5.4 TEXTO.....	35
5.5 EDIÇÃO.....	36
<b>6 DIFERENÇAS ENTRE DOCUMENTÁRIO X REPORTAGEM</b> .....	38
<b>7 PRODUÇÃO</b> .....	43
7.1 ROTEIRO.....	43
7.2 CRONOGRAMA.....	44
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	46
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	47

## 1 INTRODUÇÃO

A proteção animal é tema discutido pela sociedade atual e os seus defensores compreendem que animais são detentores de direitos. Em função dessa compreensão, o Brasil possui legislação específica sobre o tema e, para que essas normas não fiquem somente no papel, mais do que leis, é preciso atuar de modo a proteger efetivamente os direitos dos animais (Gomes, 2010).

Desde 1978 existe uma Declaração Universal dos Direitos dos Animais, conforme Unesco (1978), da qual o Brasil é signatário, que dispõe sobre o direito à vida dos animais, proibindo os maus tratos, além do abandono.

A proteção animal cria mecanismos para que os direitos dos animais não sejam deixados de lado, considerando que diversas condutas humanas, principalmente quando ligadas aos maus-tratos, podem fazer com que na prática seus direitos sejam violados. Pode se efetivar mediante iniciativa da população, principalmente através das Organizações não Governamentais que lutam nesta causa, conforme sítio eletrônico Animal e Natureza (2017).

Mas apenas essas iniciativas não vêm sendo o suficiente, pois há diversos casos de maus tratos a animais, que abrangem agressões, abandonos e a morte desses seres indefesos, de acordo com Daniele Gomes (2010). No caso de abandono, é comum que os animais sejam deixados na beira de estradas, em matagais, doentes, em situações degradantes, o que acaba violando os direitos que constam nas legislações.

Assim, o presente estudo fará uma abordagem sobre o tema da proteção animal, principalmente animais domésticos, através de uma grande reportagem jornalística para televisão. Tal produto mostrará como se desenvolve a proteção animal em Curitiba, de modo que seja possível verificar, em casos concretos, como a rede de proteção vem se desenvolvendo. Mostrará que, mesmo sendo bem organizadas, as entidades não têm estrutura suficiente para atender todos os animais vitimizados, muito menos contam com recursos financeiros necessários para atingir essas finalidades.

Há uma grande cobrança da população para que a proteção animal seja mais efetiva, mas, por outro lado, aqueles que se destinaram a atuar nesta área não recebem qualquer contraprestação, muito menos ajuda no resgate dos animais, contando com poucos recursos para a realização da proteção animal.

Desta forma, o presente trabalho propõe a produção de uma grande reportagem de TV que mostre de forma abrangente como a proteção animal vem se desenvolvendo em Curitiba, através de entrevistas que serão feitas com as cuidadoras de animais da cidade.

A relevância do tema para a cidade também é demonstrada pela recente eleição, no último pleito de 2016, de duas vereadoras que atuam na proteção animal. A reportagem falará desta atuação parlamentar, com a vereadora Fabiane Rosa, analisando de que forma atuam dentro do Poder Legislativo para fortalecer o desenvolvimento da proteção animal.

Além de entidades da sociedade civil e Poder Legislativo, o presente Trabalho de Conclusão de Curso ainda pretende mostrar como se desenvolve a proteção animal em Curitiba no Poder Executivo, através de políticas públicas para a área.

A reportagem vai mostrar que, embora haja grande esforço das pessoas envolvidas na causa animal, a política de proteção ainda se mostra enfraquecida, pois as Organizações não Governamentais não estão estruturadas de maneira adequada para atender todos os pedidos da população, muito menos dos animais que são vítimas de maus-tratos diariamente. Para tanto, será utilizada uma produção televisiva, com o objetivo de trazer conscientização sobre o problema.

Enquanto algumas pessoas trabalham em prol da causa, outros não possuem interesse e, em muitas situações, ocasionam maus-tratos aos animais. Sendo assim, é importante discutir esse tema com a sociedade, sobre a importância da proteção animal no município de Curitiba.

A presente proposta de pesquisa partiu da identificação de uma lacuna na produção jornalística sobre o tema. Em levantamento realizado entre os meses de fevereiro a maio de 2017, identificou-se que há pouca divulgação da questão da proteção animal nos produtos televisivos.

Foram encontradas três reportagens televisivas que abordam o tema da causa animal que tem gerado certa visibilidade, resultando inclusive interesse das redes de TV. Em 2013 a RIC - emissora paranaense que transmite a Rede Record do Estado, relatou o fato de que uma Rede de Proteção Animal resgatou 54 cães que estavam inseridos em um canil irregular. Igualmente ocorreu com a RPC (Rede Paranaense de Televisão, afiliada à Rede Globo), que em 2015 fez uma reportagem apoiando a Sociedade Protetora de Animais de Guarapuava, que acolhe animais vítimas de maus-tratos, além de definir lares provisórios para os animais



abandonados.

Aprofundando-se mais no assunto, a Rede Massa, afiliada ao SBT no Paraná, em 2016, trouxe reportagem jornalística esclarecendo que a posse de animais deve ser feita de maneira responsável, mediante a castração, que pode ser realizada de maneira gratuita. No mesmo ano, reportou que as Organizações não Governamentais de Proteção Animal podem se inscrever na Nota Paraná, que é um programa de incentivos para a emissão de nota fiscal, beneficiando-se de tais direitos, com o objetivo de arrecadar valores para a sua manutenção.

Mas, analisando esses produtos de televisão, verificou-se que nenhum deles fala da proteção animal de maneira mais aprofundada, da forma como se pretende fazer no presente produto, por meio de uma grande reportagem jornalística que dê conta das omissões que dizem respeito à proteção animal, principalmente a questão dos direitos e políticas públicas.

Portanto, o objetivo geral do presente estudo será fazer uma grande reportagem de TV sobre como vem se desenvolvendo a proteção animal em Curitiba, tanto pela sociedade civil (ONGs) quanto pelos órgãos de poder: Legislativo e Executivo municipais.

Os objetivos específicos são os de efetuar um levantamento de como está a situação da proteção animal no Município de Curitiba; analisar a organização da sociedade civil e a luta feita pelo referido setor; avaliar quais são os Projetos de Lei que estão sendo discutidos na Câmara Municipal de Curitiba; verificar se as questões da proteção animal estão sendo objeto de pauta pelo Poder Executivo (Prefeitura) e da Câmara Municipal (Legislativo); levantar as leis federais e municipais que regulamentam a proteção animal e, por fim, conscientizar a população sobre da proteção animal.

Assim, justifica-se a realização deste trabalho, por meio de uma reportagem jornalística, para que seja possível mencionar a importância da proteção animal, levando em consideração que eles pouco sabem se defender sozinhos e, principalmente, de que forma vem sendo desenvolvida essa proteção no Município de Curitiba.

É um tema de relevância que tem sido pouco explorado, tanto na produção jornalística, quanto na acadêmica. Em levantamento realizado para este TCC de pesquisas publicadas em revistas e congressos acadêmicos, existem artigos que falam sobre a questão dos maus-tratos, como, por exemplo, de Bruna Richter *et al.*

(2013), porém, um produto televisivo, pelo seu formato, pode atingir parte da população de forma mais abrangente para que haja uma conscientização mais efetiva.

Neste sentido, esta pesquisa visa contribuir com o debate e chamar a atenção para a proteção animal, com vistas a conscientizar toda a população, pois a proteção animal deve ser efetivada mediante uma ação conjunta de todos os envolvidos.

## 2 METODOLOGIA

A análise dos aspectos metodológicos é relevante na pesquisa acadêmica, pois propõe o caminho a ser seguido pelo pesquisador, para que o trabalho traga contribuições para o seu leitor, que muitas vezes não possui amplo entendimento sobre o assunto que está sendo tratado.

Segundo as autoras Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2006, p. 105) “[...] a especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange maior número de itens, pois responde, a um só tempo, às questões como?, com quê?, quanto?”.

Em um primeiro momento foi feito um levantamento bibliográfico sobre os temas grande reportagem, proteção animal e o jornalismo ambiental, pois se pretende demonstrar os grandes ensinamentos sobre essas matérias, que, de alguma forma, possui algum vínculo com a proteção animal, que serão analisadas no presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Antônio Carlos Gil (2002, p. 66) pontua a necessidade da análise de obras e dissertações, mas, por outro lado, deve tomar cautela com o material que está sendo utilizado na pesquisa, da seguinte forma:

Fontes desta natureza podem ser muito importantes para a pesquisa, pois muitas delas são constituídas por relatórios de investigações científicas originais ou acuradas revisões bibliográficas. Seu valor depende, no entanto, da qualidade dos cursos das instituições onde são produzidas e da competência do orientador. Requer-se, portanto, muito cuidado na seleção dessas fontes.

Assim, o levantamento bibliográfico envolve livros, teses e artigos que discorram sobre o assunto objeto da presente pesquisa, qual seja, a grande reportagem e a proteção animal, envolvendo autores como Macri Elaine Colombo (2010), Ricardo Kotscho (2009), Ricardo Noblat (2002), dentre diversos outros que tratam sobre esses temas.

Também foi realizada uma pesquisa documental que, segundo Gil (2002), é muito parecida com a pesquisa bibliográfica, tendo como diferença a questão da fonte. Isto é, enquanto a pesquisa bibliográfica irá se valer da contribuição de diversos autores, a pesquisa documental diz respeito a um material que não é dotado de tratamento analítico, visando identificar a legislação referente à proteção dos animais,

no âmbito municipal, além da forma de como vêm sendo estruturadas as Organizações não Governamentais. Verifica a maneira como estão atuando na causa animal em Curitiba, além de analisar as suas principais histórias, de acordo com relatos verídicos.

Na segunda etapa desta pesquisa, à reportagem tem como entrevistada a vereadora Fabiane Rosa, além da chefe da Divisão de Monitoramento e Proteção Animal, Vivien Midori Morikawa, bem como a Organização não Governamental Salva Bicho e a Voluntária do Projeto Cão Comunitário.

Nesse contexto, menciona-se que para a elaboração do estudo foi feita uma reportagem de televisão, extensa, objetivando explorar de maneira mais aprofundada a proteção animal em Curitiba.

Ricardo Kotscho (2009, p. 71) explica alguns aspectos sobre a grande reportagem, mencionando que não possuem o nome "grande reportagem" apenas por possuírem muitas linhas ou muitas folhas, mas principalmente pelo fato de haver um investimento muito grande, que não abrange um investimento apenas econômico, mas também humano.

[...] é assim que, nas redações, se fala das matérias mais extensas, que procuram explorar um assunto em profundidade, cercando todos os seus ângulos. Elas têm esse nome não só porque realmente são grandes, em número de linhas e de páginas de jornal - cada uma delas daria um livro à parte -, mas também porque este tipo de reportagem significa um investimento muito grande, tanto em termos humanos, para o repórter, como financeiros, para a empresa.

Para a produção, será necessário utilizar diversos equipamentos da Uninter, como, por exemplo, câmeras e microfones, para que seja possível captar o material necessário para um formato de grande reportagem jornalística, que é o que se espera deste presente Trabalho de Conclusão de Curso.

### 3 PROTEÇÃO ANIMAL

A questão da proteção animal é motivo de oficialização desde ao menos 1978, quando a declaração do direito animal foi produzida em um encontro mundial em Bruxelas, na Bélgica, de acordo com Unesco (1978), que o Brasil devidamente assinou, dispondo, basicamente, do direito à vida dos animais, ao respeito, à proteção, além de proibir quaisquer atos cruéis, que venham a ocasionar maus tratos ou que visam o abandono dos animais.

A proteção animal se tornou tão relevante nos últimos anos que se fez necessária uma cooperação internacional a respeito do tema, implementando-se através da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, conforme Edna Cardozo Dias (2014, p. 155-156):

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais (proclamada em Assembleia da UNESCO, em Bruxelas, em 27-1-78- proposta pela União Internacional dos Direitos dos Animais), considerando que cada animal tem direitos e que o desconhecimento ou o desprezo destes direitos tem levado e continua a levar o homem a cometer crimes contra a natureza e contra os animais.

Diante disso, agora o presente trabalho vai mostrar um quadro de como a proteção animal está configurada no Brasil e Curitiba, através de legislação.

#### 3.1 LEGISLAÇÃO

Há um grande regramento jurídico que protege os animais, desde leis mais imponentes, como a Constituição Federal, até leis estaduais e municipais, conforme será listado a partir de agora.

Pode-se pontuar, inicialmente, no aspecto federal, a Constituição de 1988, que dispõe sobre a proteção da flora e da fauna, no artigo 225, parágrafo 1.º, inciso VII, vedando a prática de condutas que possam colocar em risco as funções ecológicas, além de provocar a extinção das espécies, bem como os submetam a qualquer tipo de crueldade.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:  
[...]

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Pode-se extrair da Lei n.º 7.173, de 1983, uma normatização acerca do estabelecimento, bem como do funcionamento dos jardins zoológicos. Por oportuno, pontua-se a Lei n.º 7.643, de 1987, que veda a pesca de cetáceo.

As sanções penais e administrativas, cuja aplicação se dará nos casos em que haja lesão ao meio ambiente, estão previstas na Lei n.º 9.605, de 1998. O Decreto n.º 3.842, de 2001, trata da proteção as tartarugas marinhas, ao passo que a Lei n.º 10.519, de 2002, estabelece a defesa sanitária animal, nos casos em que ocorrer rodeio.

Há, ainda, legislação municipal que trata da proteção animal. Pode-se pontuar a Lei 13.908, de 2008, dispondo sobre sanções nos casos de maus-tratos, a Lei 13.914, de trata sobre o comércio de animais e a Lei 7.409, de 1989, propondo multa para aqueles promotores de esportes que façam uso do sacrifício de animais.

Verifica-se também a Lei 7.833, de 1991, dispondo sobre o meio ambiente, a Lei 14.741, de 2015, que proíbe a utilização de veículos da tração animal e a Lei 12.467, de 2007, que veda a manutenção de animais em circos.

Finalmente, importante também destacar a Lei 13.241, de 2009, que instituiu a Semana de Proteção aos Animais, o Decreto n.º 643, de 2015, que dispõe sobre a esterilização de cães e gatos, a Lei n.º 13.558, de 2010, dispondo sobre a venda e doação de animais exóticos e, por fim, a Lei n.º 12.59, de 2008, que estabelece a questão do contrato para a cessão de cães, com a finalidade de guarda.

### 3.2 FUNÇÃO PARLAMENTAR

O exercício parlamentar é importante para a sociedade, pois, através dela, leis são aprovadas de acordo com as necessidades da comunidade. A proteção animal é uma dessas necessidades surgidas nas últimas décadas.

Conforme já mencionado, a proteção animal ganhou fôlego nos últimos anos, especialmente pelo fato de duas vereadoras que militam na causa animal terem sido eleitas. Mas, dentro deste contexto, destacamos o motivo da função parlamentar.

De acordo com André Ramos Tavares (2012, p. 239) "Tradicionalmente,

como se sabe, a incumbência de redigir e editar as leis gerais, que devem reger a sociedade, encontra-se atribuída ao Poder Legislativo".

Assim, a função parlamentar está vinculada ao fato de elaborar leis, ou até mesmo corrigir aquelas que já tenham sido elaboradas, mas possuem alguma irregularidade que impede que na prática a mesma seja efetivada, segundo Edson Ricardo Saleme (2016).

Veja-se que a função parlamentar está vinculada a interesses locais, conforme entendimento de Edson Ricardo Saleme (2016, p. 58):

Existem discussões acerca da competência municipal e da expressão existente nas constituições anteriores ("peculiar interesse") e na atual ("interesse local") como forma de delimitação da competência, pois pouco precisa a definição constitucional. Aqui, cabe definir se a Constituição outorgou-lhe ou não competência para dispor sobre aquele assunto. A designação atual é mais restrita [...], no sentido de que não podem ser tomados como de interesse local os temas entregues à competência da União e dos estados, seja ele privativo ou concorrente.

Mas, além de criar normas, também possui a função de fiscalizar, além de exercer atividades administrativas, de acordo com Roberto Baptista Dias da Silva (2007, p. 207).

Como se afirmou anteriormente, compete ao Legislativo, tipicamente, criar o direito objetivo e fiscalizar. Atipicamente, o Poder Legislativo julga e realiza atividades administrativas.

A título de exemplo, pode-se lembrar que o Poder Legislativo tem a competência de elaborar as leis complementares e ordinárias, nos termos dos arts. 58, II e III, 61 e 63 a 69 da Constituição Federal.

A competência de fiscalizar conferida ao Parlamento pela Constituição Federal - em especial nos arts. 49, IX e X, 58, § 3º, e 70 a 75 - também pode ser considerada uma função típica do Poder Legislativo [...].

De acordo com o entendimento de Vanderlei Siraque (s.d., p. 1), o parlamentar possui três funções que são de grande relevância. A primeira está vinculada ao fato de criar leis, apreciando, avaliando, bem como votando em projetos que foram por ele mesmo propostos, além de fiscalizar o desempenho do Poder Executivo, de modo que seja possível analisar se os seus atos estão de acordo com as leis, além de implementar políticas públicas.

#### **Mas quais são as funções de um parlamentar?**

O parlamentar tem três funções básicas: legislar, fiscalizar e propor políticas públicas.

#### **Legislar**

Um parlamentar legisla quando aprecia, analisa e vota Projetos de Lei criados por ele mesmo, pelo Executivo (presidente, governador ou prefeito), por outros parlamentares ou pela população. A maioria dos Projetos de Lei é do Executivo, pois o parlamentar não pode apresentar projetos que gerem despesas que não estejam incluídas no Orçamento Público. Para isso, ele pode apresentar emendas ao Projeto de Lei do Orçamento do Estado.

#### **Fiscalizar**

O parlamentar deve fiscalizar todos os atos do Executivo para verificar se ele está governando de acordo com as leis. Essa fiscalização é feita por meio de requerimentos de informação (espécie de questionário o qual o Executivo tem 15 dias para responder), de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPIs), do acompanhamento das publicações do Diário Oficial, de análise de denúncias da população e das Comissões Permanentes (como a CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, que avalia se um projeto é ou não constitucional, entre outras comissões).

#### **Propor políticas públicas**

O parlamentar propõe políticas públicas quando, por exemplo, faz a proposta para que as escolas estaduais de Ensino Médio tenham em seu currículo a disciplina de Cidadania, ou para que o governador do Estado (no caso de deputado estadual) incentive a co-geração de energia pelo uso do bagaço da cana-de-açúcar.

Propor política pública é apresentar uma visão de como o Estado deve ser.

### 3.3 ONG'S

Conforme abordado no início deste Capítulo, existe legislação em benefício da proteção dos animais. Mas, para que tais normatizações não fiquem apenas no papel, isto é, sejam efetivadas na prática, entra em cena a proteção animal, que resguardam os direitos dos animais. Esta proteção visa criar mecanismos para que os direitos dos animais não sejam corrompidos, tendo em vista arbitrariedades humanas, principalmente a questão dos maus-tratos.

De acordo com Daniele Gomes (2010, p. 1) "[...] os animais precisam de proteção, assim como as crianças, as mulheres, esses movimentos não deveriam andar isolados, não deveriam ser vozes destoantes, deveriam dar as mãos e quem sabe juntos mudar essa realidade".

Nesse sentido, Daniele Gomes (2010, p. 1) ressalta a importância das ONG's, pois ofertam à sociedade a possibilidade de conhecer os motivos que deram causa aquilo que está defendendo, passando informações preciosas, além de ser um verdadeiro mecanismo para que a sociedade possa efetuar denúncias, além de atuar plenamente na proteção da vida do animal.

Como também a utilização de animais em circos, o que é uma forma de coibir a prática de captura de animais selvagens e a retirada de seu habitat para obrigar a servir os interesses humanos. Bem como, não podemos deixar de citar, o importante e salutar papel das ONG's, das fundações e dos próprios



órgãos estatais que oferecem à sociedade a oportunidade de conhecimento de suas causas, de informações, de denunciar, de fazer lobby, enfim de se fazer presente na defesa dos interesses de proteger a vida animal.

De acordo com o sítio eletrônico Eu Quero Ajudar Curitiba (2013), é possível visualizar a presença de oito ONG's que atuam em benefício dos animais.

Assim, pode-se pontuar a Associação Amigo Animal, que abriga diversos cachorros abandonados na Chácara São Francisco de Assis, auxiliando também na manutenção de lares temporários, além de recuperar os animais e encaminhá-los para a adoção. Já a Associação Vida Animal (AVAN) abriga animais esterilizados, sendo que muitos deles também estão disponíveis para a adoção, conforme Eu Quero Ajudar Curitiba (2013).

O Beco da Esperança é mais atuante na parte de abrigar gatos, mas, também abriga diversos cachorros que foram abandonados. Também é possível visualizar o Instituto Cão Amigo & Cia, a Associação de Proteção e Bem Estar Animal (PROBEM), o Projeto Animais sem Teto, o Grupo de Proteção Animal Quatro Patas e o Tomba Latas, de acordo com Eu Quero Ajudar Curitiba (2013).

Existem outras ONG's que são mais visualizadas pela população e, portanto, são de conhecimento maior, como a Sociedade Protetora dos Animais (SPAC), o Grupo Força Animal e o Salva Bicho.

A Sociedade Protetora dos Animais (SPAC) é uma instituição que não possui finalidade lucrativa, atuando de maneira a acolher animais que tenham sido abandonados, além de realizar atendimentos veterinários básicos. Com o objetivo de dar continuidade à causa animal, aceita qualquer tipo de doação, como, por exemplo, valores em dinheiro e ração, estando localizada atualmente em Santa Cândida, conforme Hagah (s.d., p. 1):

Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba (SPAC) é uma instituição sem fins lucrativos, que acolhe animais abandonados realizando atendimento veterinário, castração, vacinação e cirurgias emergenciais. A sociedade aceita doações financeiras, de medicamentos, rações, jornais, materiais de limpeza. Para adotar um animal é necessário comprovante de residência, documento de identificação, coleira e guia.

Já o Grupo Força Animal atua com o objetivo no resgate e reabilitação de animais, especialmente naqueles que se mostram mais difícil a proteção animal, que na maioria das ocasiões dizem respeito a verdadeiras atrocidades que fazem contra esses seres indefesos. Veja-se o que diz a página do Grupo Força Animal (s.d., p. 1):

Quem tem um PET sabe, você nunca estará sozinho.  
Um amor genuíno e incondicional de alguém que vai nos ser fiel durante toda a vida. Um verdadeiro voto de felicidade.  
Com esse respeito, carinho e amor a eles, que criamos esse grupo de proteção animal, infelizmente nosso foco é um pouco diferente, TODOS os animais que entram no grupo foram vítimas de grandes atrocidades e precisam ter uma nova chance para mostrarmos que o ser humano ainda pode ser bom, que o mundo ainda tem jeito!  
Para que possamos salvar esses animais que precisam tanto ...

De acordo com a página eletrônica Salva Bicho,<sup>1</sup> é possível visualizar que a grande missão da referida ONG é atuar na defesa das políticas públicas, defendendo e protegendo os animais, além de recolher animais abandonados, conforme sua capacidade material, encaminhando-os para o devido tratamento. Atua também de maneira preventiva, visto que promove diversas campanhas de conscientização, para que seja possível que a população se conscientize sobre a proteção animal. Ainda, atua de maneira fiscalizatória, para que aqueles que desrespeitam os animais sejam devidamente punidos.

Somos um coletivo de protetores e simpatizantes que atua na proteção animal propondo e defendendo políticas públicas voltadas ao direito, à defesa, à proteção, ao bem estar e saúde integral de animais, independentemente do porte.  
Encaminhamos para assistência veterinária os animais doentes, feridos ou vítimas de crueldade, abuso ou maus-tratos, em clínicas veterinárias conveniadas e sempre de acordo com nossa capacidade.  
Recolhemos sempre que possível e de acordo com nossa capacidade animais abandonados, encaminhando-os, após o devido tratamento, para adoção definitiva ou provisória monitorada (enquanto aguardam a adoção definitiva), independentemente de ressarcimento financeiro, a pessoas, de idoneidade comprovada, que se comprometam a dar-lhes tratamento adequado e digno, mediante a assinatura de um termo de responsabilidade e sujeito à fiscalização por parte desta entidade.  
Promovemos campanhas de educação e conscientização com vistas à formação de uma consciência de respeito ambiental na população; Realizamos eventos que tenham por finalidade a angariação de fundos para sustento do Grupo em suas finalidades, bem como buscamos, junto ao Poder Público, principal interessado nessa atividade, de verbas governamentais, mediante o devido processo e correspondente prestação de contas.  
Fiscalizamos e tomamos medidas jurídicas com referência a infratores que desrespeitem as leis de proteção à fauna, inclusive propor ações civis públicas;

Diante das pesquisas acadêmicas realizadas, constatou-se a existência de onze ONG's que atuam na proteção animal em Curitiba. Mas, veja-se que não se trata de um número correto, visto ser possível existir diversas outras ONG's que atuam em

---

<sup>1</sup> SALVA BICHO. **Quem somos**. Disponível em: <<http://salvabicho.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

benefício da causa animal, mas que não são amplamente divulgadas;

### 3.4 COMO A PROTEÇÃO ANIMAL ESTÁ ORGANIZADA NA PREFEITURA DE CURITIBA

Como não existem, de maneira clara e mais extensa, informações publicadas pela Prefeitura de Curitiba a respeito do sistema de proteção animal na cidade, foi feita uma entrevista com a Dra. Vivien Midori Morikawa, chefe da Divisão de Monitoramento e Proteção Animal. Ela conta, em resposta a perguntas feita por esta pesquisadora, que atualmente a aplicação da política pública municipal de Curitiba para a defesa e proteção dos animais é realizada pela Divisão de Monitoramento e Proteção Animal, pelo Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, também conhecida como Rede de Proteção Animal, sendo que as suas ações se encontram fundamentadas em quatro pilares essenciais.

Primeiramente, na educação, pois o guardião deve conhecer, aceitar e assumir as suas responsabilidades quanto às necessidades físicas, ambientais, psicológicas e comportamentais do seu animal. Ações com enfoque na guarda responsável, bem estar animal e prevenção de zoonoses são realizadas de forma descentralizada nas dez regionais de Curitiba, em escolas municipais, órgão da assistência social, unidades de saúde entre outros.

Além disso, deve haver um manejo populacional, visto que o atual modelo de contratação adotado pelo município compreende a realização de cirurgias de castração de cães e gatos em unidades móveis (castramóveis) e clínicas veterinárias, com recurso proveniente do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Tem-se ainda o combate ao abandono, que abrange a fiscalização no combate aos maus tratos (incluindo-se o abandono) e comércio ilegal, mediante a adoção de medidas eficientes e eficazes baseadas no cumprimento da legislação vigente, por meio de denúncias diárias realizadas via telefone 156.

O Município também incentiva a adoção, especialmente nas feiras denominadas como "Amigo Bicho", que são eventos institucionais oferecidos em edições bimensais, cujo objetivo é incentivar a adoção e sensibilizar a população para o problema do abandono de cães e gatos, com aproximadamente 100 animais disponibilizados para adoção por evento. Além da adoção, os animais são

microchipados gratuitamente no local.

Ao questionar quantas ONG's existe atualmente em Curitiba, a Dra. Vivien Midori Morikawa mencionou que a Rede de Proteção Animal está atualizando o seu cadastro de ONGs estabelecidas no município. O número está em torno de 08 entidades.

Vivien Midori Morikawa pontuou que existem várias leis que envolvem a proteção animal, sendo que as mais utilizadas pela fiscalização da Rede podem ser verificadas no quadro a seguir.

#### QUADRO 1: Leis municipais sobre proteção animal

LEI MUNICIPAL N° 13.908/2011 - ESTABELECE SANÇÕES E PENALIDADES
LEI MUNICIPAL N° 13.914/2011 - DISCIPLINA O COMÉRCIO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO
LEI MUNICIPAL N° 14.741/2015 - ESTABELECE A PROIBIÇÃO DE USO DE VEÍCULOS DE TRAÇÃO ANIMAL E EXPLORAÇÃO ANIMAL
LEI MUNICIPAL N° 12.467/2007 - PROÍBE A MANUTENÇÃO DE ANIMAIS EM CIRCOS E ESPETÁCULOS
LEI MUNICIPAL N° 13.558/2010 - DISPÕE SOBRE A VENDA E DOAÇÃO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E EXÓTICOS

FONTE: Dra. Vivien Midori Morikawa

#### 4 A REPORTAGEM EM JORNALISMO E NA TELEVISÃO

José Marques de Melo e Francisco de Assis (2010, p. 86), citando Marques de Melo (2003, p. 66), pontuam que "A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística".

Edson Flosi (2012) salienta que a reportagem comum é feita no dia em que se realizaram os acontecimentos, ou, que é dada a devida continuidade nos dias seguintes, que muitas vezes pode contar com um grande tempo, até que o assunto seja esgotado.

João Elias Cruz Neto (2008, p. 19) pontua que embora a notícia e a reportagem sejam gêneros de jornalismo informativo, ambos não podem se confundir, pois a notícia é mais restrita e, a reportagem, possui maior amplitude.

E qual a diferença entre notícia e reportagem? É senso comum entre os profissionais que a principal diferença entre esses dois gêneros do jornalismo informativo é a amplitude ao tratamento dado. Enquanto a notícia é mais restrita, a reportagem é mais ampla.

Vale trazer para o presente estudo a questão da reportagem especial, que, de acordo com Alexandre Carvalho, Fábio Diamante, Thiago Bruniera e Sérgio Utsh (2010, p. 21), diz respeito a possibilidade de se aprofundar em determinado interesse público.

Ela é uma reportagem maior? Um documentário? Não. Ela ganha, sim, segundos ou mesmo minutos a mais em relação às notícias do dia. E usa algumas ferramentas presentes nos documentários. Mas não é o tempo ou os meios que a definem. O que torna uma reportagem especial é o tratamento muito mais primoroso, tanto de conteúdo quanto plástico. Ela nos permite aprofundar assuntos de interesse público, que podem estar retratados em uma única reportagem ou em uma série.

Existe também a reportagem investigativa, que é uma tarefa arriscada, pois vai além do que vinha sido narrado até então, sendo que, ao final, é possível revelar determinado fato que não era de conhecimento dos telespectadores. Alexandre Carvalho, Fábio Diamante, Thiago Bruniera e Sérgio Utsh (2010, p. 78) explicam que:

Alguns teóricos defendem que o termo "reportagem investigativa" é redundante, já que toda reportagem denota investigação. Nós defendemos

que o termo diz respeito ao tipo de reportagem que vai além do relato dos fatos e revela algo até então escondido.

Além da reportagem investigativa, Felipe Pena (2005) também pontua a reportagem interpretativa, em que os fatos são observados de maneira conjunta com outra ciência, mediante uma pesquisa qualitativa, exemplificativamente, além do novo jornalismo, em que são aplicadas técnicas literárias com vistas a construir determinadas situações.

Para Ricardo Kotscho (2009, p. 12), independentemente de haver ou não pauta, o lugar do repórter sempre será na rua, visto que é neste contexto que as coisas que interessam para a sociedade ocorrem.

Com pauta ou sem pauta, lugar de repórter é na rua. É lá que as coisas acontecem, a vida se transforma em notícia. Muitas vezes, quando ficamos sem assunto, o veterano fotógrafo Gil Passarelli e eu saímos sem pauta nenhuma, sem destino certo - e não lembro de termos voltado algum dia sem matéria.

Alexandre Carvalho, Fábio Diamante, Thiago Bruniera e Sérgio Utsh (2010) ainda pontuam a necessidade de o repórter explicar àquele que está sendo entrevistado que a linguagem, no decorrer da entrevista, deve ser utilizada da maneira mais simples possível, de modo que todos os leitores possam compreendê-la. Isso porque, dependendo da especialidade do entrevistado, é comum que o mesmo se valha de jargões para expressar seus pontos de vistas, o que não pode ser admitida na entrevista, pois os telespectadores devem entender o conteúdo que está sendo passado.

Ainda, para que se torne possível que o jornalista se destaque no mercado de trabalho, ditando de que forma sua carreira será conduzida, necessário que faça uma reportagem melhor, que dependerá essencialmente da forma, bem como dos questionamentos que serão utilizados. Alexandre Carvalho, Fábio Diamante, Thiago Bruniera e Sérgio Utsh (2010) pontuam que para melhorar a reportagem, cabe ao profissional evitar as críticas simplistas, que podem facilmente ser utilizadas por qualquer um, propondo soluções efetivas.

#### 4.1 GÊNEROS JORNALÍSTICOS

A divisão dos gêneros jornalísticos vem sendo efetivada desde o começo do

século 18, em que Daily Courant o subdividiu em notícias e comentários, passando a sofrer algumas modificações ao longo dos anos, conforme Felipe Pena (2005), sendo que, atualmente, tem-se o jornalismo informativo e o jornalismo opinativo.

Assim, importante destacar que a reportagem pode ser dividida, conforme entendimento de José Marques de Melo e Francisco de Assis (2010), em jornalismo informativo e opinativo. O primeiro é aquele que diz respeito à maneira de como será relatado determinado acontecimento, podendo ser concretizado mediante uma notícia ou reportagem objetiva, narrando e descrevendo os fatos. Já a reportagem opinativa, além de haver a apresentação dos fatos, o repórter deixa clara a sua opinião, no final da reportagem.

Ainda sobre o tema, José Marques de Melo e Francisco de Assis (2010, p. 50) explicam que:

Há, porém, uma expectativa da sociedade que frui dos meios de comunicação em relação à atividade do jornalista de registrar fatos e acontecimentos, não apenas por que o jornalista os testemunharia, mas pelo “contrato” que rege essa relação, pressuposta na condição indispensável de que o jornalista, ao publicá-los, antes apurou, checkou, confrontou e contextualizou os fatos [...]

O jornalismo “informativo”, portanto, é o resultado [...] da articulação que existe, do ponto de vista processual, entre os acontecimentos reais que eclodem na realidade e sua expressão jornalística por meio do relato que visa informar o receptor do “que se passa” nessa realidade.

É ainda necessário pontuar que de acordo com José Marques de Melo e Francisco de Assis (2010), os gêneros jornalísticos podem sofrer grande influência, especialmente em decorrência dos aspectos culturais em que estão inseridos, levando-se em consideração o local e o tempo que podem ser diversificados.

Nesse contexto, pontua-se que o trabalho está sendo desenvolvido mediante a utilização do jornalismo informativo, relatando a questão da proteção animal, no âmbito da sociedade, através das Organizações não Governamentais, bem como do Poder Executivo, com as políticas públicas e do Poder Legislativo, por meio de Projetos de Lei.

De maneira bem simplificada, Felipe Pena (2005, p. 69) pontua que o jornalismo informativo abrangerá a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista, e, o jornalismo opinativo, o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta. Veja-se:

QUADRO 2: Jornalismo informativo e jornalismo opinativo

<b>JORNALISMO INFORMATIVO</b>
NOTA
NOTÍCIA
REPORTAGEM
ENTREVISTA
<b>JORNALISMO OPINATIVO</b>
EDITORIAL
COMENTÁRIO
ARTIGO
RESENHA
COLUNA
CRÔNICA
CARICATURA
CARTA

FONTE: Felipe pena (2005, p. 69)

#### 4.2 A GRANDE REPORTAGEM

De acordo com a classificação de Pena (2005), a reportagem é um produto do gênero informativo. A grande reportagem é um derivado da reportagem.

Assim, a grande reportagem diz respeito às matérias que se mostram mais extensas, que concentra grande parte de seu tempo em determinada situação de maneira aprofundada, de modo que seja possível fazer uma análise em todos os seus aspectos, conforme Ricardo Kotscho (2009).

De acordo com Sousa e Aroso (2003, p. 129), a grande reportagem consiste no fato de haver um ritmo textual menos intenso:

Nas grandes reportagens, o ritmo do texto deve ser menos intenso do que nos restantes gêneros. A força deve diluir-se ao longo da peça. Também não há necessidade de chamar continuamente a atenção para a imagem, embotando texto e imagem devam casar em uma relação de complementaridade.

A grande reportagem, por abordar matérias mais extensas, explorando de maneira ampla determinado assunto, pressupõe um processo de verificação de informações, contatos e pesquisa por parte do repórter. Conforme esclarece Ricardo Kotscho (2009, p. 71),

[...] é assim que, nas redações, se fala das matérias mais extensas, que procuram explorar um assunto em profundidade, cercando todos os seus ângulos. Elas têm esse nome não só porque realmente são grandes, em número de linhas e de páginas de jornal - cada uma delas daria um livro à parte -, mas também porque este tipo de reportagem significa um investimento muito grande, tanto em termos humanos, para o repórter, como financeiros, para a empresa.



São reportagens mais extensas que apresentam um tema com maior profundidade, conforme Kotscho (2009).

A questão da grande reportagem é relevante para a sociedade, visto que por meio dela é possível analisar os contextos sociais complexos, que não são abordados de maneira mais aprofundada em outros formatos jornalísticos.

Todavia, Ricardo Kotscho (2009) tece algumas críticas quanto ao tema, vez que, atualmente, as grandes reportagens, que são de grande importância para a exploração mais detalhada de determinado assunto, está desaparecendo dos jornais, vez que além de ser altamente custosa, os repórteres vêm se dedicando cada vez menos a elas, não havendo qualquer disposição para encarar o referido desafio.

De acordo com Edson Flosi (2012, p. 11), "A grande reportagem, que é sempre longa, muitas vezes de página inteira, exigindo texto cuidadosamente trabalhado".

Para a realização deste estudo acadêmico, uma grande reportagem acerca da causa animal será de extrema relevância, pois, conforme esclarece Ricardo Kotscho (2009), além de causar fascínio aos envolvidos, acarreta grandes desafios e responsabilidades para o repórter, que terá que fazer uso dos métodos corretos, para que a mesma se desenvolva de maneira eficaz.

#### 4.3 JORNALISMO TELEVISIVO

A reportagem de televisão não difere quanto aos preceitos básicos do jornalismo e por isso possui os mesmos gêneros classificados por Pena (2005). O que muda na televisão é o formato, em função das especificidades do meio.

Vera Paternostro (2006, p. 77) explica que "[...] em telejornalismo o texto é escrito para ser falado (pelo locutor) e ouvido (pelo telespectador). Pela própria característica dos veículos eletrônicos de comunicação – a instantaneidade – o receptor de ‘pegar a informação de uma só vez’". Dessa forma, o que difere o texto no telejornalismo é a forma de transmitir a informação.

Ao definir a nota coberta e a nota pelada, é importante trazer o contido no Manual de Redação da Universidade Metodista de São Paulo (s.d., p. 1). Assim, a nota coberta é a "Nota cuja a cabeça é lida pelo apresentador e o texto seguinte é coberto com imagens" e, por sua vez, a nota pelada é a "Notícia lida pelo apresentador do telejornal, sem qualquer imagem de ilustração".

Já a reportagem pode ser entendida como sendo um relato de determinado acontecimento, que já repercutiu no contexto social e se dará de maneira mais ampliada, conforme José Marques de Mello e Francisco de Assis citando Marques de Melo (2003).

Por sua vez, a grande reportagem diz respeito aquelas reportagens que se mostram mais extensas, de acordo com o entendimento de Ricardo Kotscho (2009).

A reportagem pode ser dividida em dois tipos, quais sejam: a *factual*, que diz respeito aqueles acontecimentos diários, requerendo, portanto, que seja divulgada imediatamente, pois a demora pode ocasionar a perda da atualidade, e a *feature*, em que não há o aspecto da atualidade, pois é um assunto que interessa de maneira permanente a coletividade, conforme Rezende (2000).

O programa pode ser entendido como sendo uma série bilateral, podendo abranger desde uma peça única, até mesmo uma programação inteira, por não apresentarem uma variação de blocos, conforme delimita Arlindo Machado (2005, p. 27):

Programa é qualquer série sintagmática que possa ser tomada como uma singularidade distintiva, com relação às outras séries distintivas da televisão. Pode ser uma peça única, como um telefilme ou um especial, ou uma série em capítulos definidos, um horário que se prolonga durante anos, sem previsão de finalização, e até mesmo a programação inteira, no caso de emissoras ou redes segmentadas ou especializadas, que não apresentam variação de blocos.

Outra diferença do texto para a televisão é que ele tem que ser casado com a imagem. O jornalista precisa combinar o que tem de imagem com a informação, conforme Paternostro (2006, p. 86)

Para escrever um texto de TV, precisamos saber quais as imagens disponíveis que temos para serem colocadas com as informações. Não podemos escrever uma palavra que seja sem conhecer as imagens, ignorando-as. Temos de levar em conta que estamos trabalhando primordialmente com a imagem. Sem ela estaremos fazendo rádio, revista ou jornal.

Acerca da definição proposta por Ricardo Kotscho (1990) sobre a reportagem, é possível extrair diversas características, como o fato de narrar determinado acontecimento para a sociedade, descrevendo-o, além de ser um meio de comunicação entre o profissional e o repórter.

Partindo-se para a análise da reportagem na TV, é importante destacar que o texto inicialmente escrito será posteriormente falado pelo repórter e, conseqüentemente, será ouvido pelo telespectador, conforme Vera Íris Paternostro (2006).

Segundo José Carlos de Souza (2015, p. 74):

As possibilidades visuais do veículo e suas limitações formam a base para o aproveitamento de fórmulas dos veículos que antecederam à TV. A Regravação dos gêneros tradicionais (e a criação eventual de novos gêneros) está associada a um fator muito mais importante, que afeta a estrutura básica e a formatação dos programas: o econômico.

Para que a reportagem para a TV se dê de maneira satisfatória, faz-se necessário observar duas sugestões, quais sejam, as frases curtas e a pontuação. As frases curtas, porque ajuda na compreensão do ouvinte, pois um rol de frases mais curtas enseja um sentido mais amplo àquilo que está sendo passado na televisão. Já a pontuação pode dar um embalo no texto e, quando bem encaixada, indica a tonalidade de como deverá ser feita a leitura do texto, conforme Vera Íris Paternostro (2006).

José Carlos de Souza acrescenta a ideia de que o programa de TV terá a finalidade de ao mesmo tempo entreter e informar, podendo também se valer de produções inéditas apresentadas pela emissora, como musicais e entrevistas.

Vale pontuar que de acordo com Nilson Lage (2006, p. 48), "As restrições que se aplicam à linguagem jornalística serão relacionadas com os registros de linguagem, com o processo de comunicação e com os compromissos ideológicos".

Assim, nos registros de linguagem devem estar conciliados dois interesses, quais sejam: o da comunicação eficiente e o da aceitação visual, sendo constituída de palavras, bem como de expressões. Já no processo de comunicação é possível verificar a necessidade de se utilizar quase que de modo obrigatório a comunicação em terceira pessoa. Por sua vez, o compromisso ideológico deverá sempre integrar a linguagem jornalística, pois não se mostra possível efetuar um jornalismo longe da sociedade ou do tempo histórico, conforme Nilson Lage (2006).

Vera Íris Paternostro (2006, p. 85-86) menciona que a preocupação maior do telejornalismo é fazer com que a imagem e o texto caminhem lado a lado, pois ambos devem atuar de maneira a se complementar:

Em telejornalismo, a preocupação é fazer com que texto e imagem caminhem juntos, sem um competir com o outro: ou o texto tem a ver com o que está sendo mostrado ou não tem razão de existir, perde a sua função. O papel da palavra não é brigar com a imagem.

João Elias Cruz Neto (2008) cita diversas características do meio televisivo, como, por exemplo, o fato de apresentar tendência niveladora, pois, para que a mensagem que está sendo passada seja devidamente compreendida, faz uso de uma linguagem compreensível, tanto no âmbito social, quando no cultural, além de ser instantânea, pois sua tendência é demonstrar os fatos no momento em que estão sendo praticados.

Ainda, Nilson Lage (2006) afirma que as reportagens de televisão podem ser entendidas como sendo documentários que referenciam a vida de determinado personagem, podendo também ser algum acontecimento histórico ou que diz respeito à matéria que envolva animais, por exemplo, sendo construídas mediante a perspectiva centralizada em determinado objeto ou personagem.

Vera Íris Paternostro (2006, p. 90) ensina que "Um texto jornalístico pode precisar de recursos visuais para ser bem compreendido, as artes".

## 5 REPORTAGENS E SUAS ETAPAS

A reportagem é de grande relevância no âmbito do jornalismo, pois atua de maneira a ampliar os acontecimentos dos fatos, possibilitando que o receptor possa compreender o contexto narrado, conforme Nilson Lage (2001).

Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986, p. 9) definem a reportagem da seguinte forma:

[...] onde se contam, se narram as peripécias da atualidade – um gênero jornalístico privilegiado. Seja no jornal nosso de cada dia, na imprensa não cotidiana ou na televisão, ela se afirma como o lugar por excelência da narração jornalística. E é a justo título, uma narrativa – com personagens, ação dramática e descrições de ambiente – separada entretanto da literatura por seu compromisso com a objetividade informativa. Este laço obrigatório com a informação objetiva em dizer que, qualquer que seja a reportagem (interpretativa, especial, etc.), impõe-se ao redator o “estilo direto puro”, isto é, a narração sem comentários, sem subjetivações.

Neste capítulo, serão trazidas as etapas da reportagem, mencionando a pauta, as fontes, as entrevistas, o texto e a edição.

### 5.1 PAUTA

Antes que o repórter saia para produzir o seu trabalho em campo, é oportuno que seja definido o que o profissional irá fazer, quem irá entrevistar, qual o local que visitará. Assim, tem-se a produção, etapa de grande relevância no jornalismo, pois norteará a forma como a matéria será feita, conforme autor João Elias da Cruz Neto (2008).

Alexandre Carvalho, Fabio Diamante, Thiago Bruniera e Sérgio Utsch (2010, p. 35) delimitam que “Uma ideia bem fundamentada evita não só a perda de tempo das equipes na rua, mas estabelece um consenso entre os diversos profissionais envolvidos e reduz a incidência de erros na condução das matérias”.

De acordo com João Elias da Cruz Neto (2008, p. 22), a pauta diz respeito a uma função do produtor, que se define em uma reunião denominada “reunião de pauta”:

A principal função do produtor é preparar a pauta, o instrumento que vai orientar o trabalho do repórter. A pauta é definida em uma reunião específica chamada reunião de pauta. E, como os repórteres não participam

diretamente da reunião, então, a pauta deve ser bem clara para que ele saiba que tipo de matéria deve ser realizada. A reunião é realizada, geralmente, com os produtores, chefe de reportagem e/ou diretor de jornalismo e todas as sugestões discutidas.

Segundo Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima (2002, p. 111), é possível fazer menção ao pauteiro, que é aquele que possibilita que os acontecimentos sociais sejam transformados em reportagens:

O pauteiro é aquele que na imensidão dos acontecimentos na sociedade capta o que pode ser transformado em reportagem. Esse trabalho vai além da seleção dos assuntos do dia. O pauteiro deve planejar reportagens exclusivas, fugir do conceito enraizado ao longo do tempo de que o veículo eletrônico quando não está cobrindo o factual se limita a repercutir os jornais. É preciso criar.

Pontua João Elias da Cruz Neto (2008, p. 23) que “[...] é necessário que sugira tudo o que você, como produtor, acha que pode render uma boa matéria. Ao aprovar as matérias, é definido, também, como devem ser realizadas, qual o gancho da matéria [...]”. Portanto, não basta apenas que haja uma sugestão sobre o assunto, posto que é necessário uma especificação sobre o que será abordado.

Para João Elias da Cruz Neto (2008), a pauta é composta de duas partes, quais sejam: o cabeçalho, local em que é inserido o nome em que se atribui à pauta, além dos nomes das pessoas que serão entrevistadas, dentre outras qualificações. Na segunda parte se desenvolve o conteúdo da parte, local em que é composto por gancho, informações e o encaminhamento. No gancho é especificado o que se pretende com a matéria, ao passo que na parte de informações é colocado o que é de conhecimento sobre o assunto. Já no encaminhamento são colocados os passos a serem seguidos pelo repórter.

Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima (2002) informam que o conteúdo da pauta deve ser informativo, além de ser escrito de maneira sucinta, posto que servirá como um roteiro para o repórter.

De acordo com o entendimento de João Elias da Cruz Neto (2008), a pauta possui diversos objetivos, podendo-se pontuar o planejamento da edição, a realização de uma pesquisa prévia, além de concentrar os recursos nas matérias que se mostram mais relevantes.

A pauta também pode incluir desde acontecimentos programados, até mesmo acontecimentos passados, que possam ser alvo de novos noticiários. Ainda,

possibilita que esta inclua desdobramentos de reportagens, além de observações diretas do jornalista, conforme João Elias da Cruz Neto (2008).

Para João Elias da Cruz Neto (2008, p. 27), “As pautas não devem ser muito longas. Dificilmente devem ultrapassar duas laudas e são digitadas em letras maiúsculas para facilitar a leitura do repórter”.

## 5.2 FONTES

A escolha das fontes deve ser efetuada mediante cuidados redobrados, de acordo com Alexandre Carvalho, Fabio Diamante, Thiago Bruniera e Sérgio Utsch (2010). Ainda, os autores elencam que as fontes devem ter grande conhecimento acerca do assunto, além de possuir facilidade em se comunicar.

Conforme entendimento de João Elias da Cruz Neto (2008, p. 31), “O trabalho do produtor se torna mais fácil quando ele tem muitas fontes, ou seja, pessoas que ligam para ele e passam informações que podem se transformar em matérias”.

As fontes podem ser oficiais, que advém do poder público, bem como não oficiais, quando emanam daquelas que não possuem correlação com o poder que fora constituído. Da mesma forma, podem ser primárias, sendo aquelas que serão entrevistadas na matéria, e secundárias, que são aquelas que repassam as informações. João Elias da Cruz Neto (2008, p. 31) discorre sobre o tema:

Fontes oficiais são as representantes do poder público e estão autorizadas e falar pelo órgão. Apesar de serem oficiais, nem sempre podem ser consideradas confiáveis. Por isso é necessário checar as informações.

[...]

As fontes não-oficiais são aquelas que não têm nenhuma relação com o poder constituído. Por exemplo, um economista especialista em exportações que não fazia parte da equipe do governo sempre passava as informações de como andava a balança comercial do Estado. E, também, um morador de um povoado que lutava por benefícios para a comunidade sempre ligava para falar sobre o que ocorria na comunidade e toda vez rendia boas matérias.

Fontes primárias são aquelas que vão ser entrevistadas na matéria.

[...]

Fontes secundárias são aquelas que passam as informações, mas que não vão ser entrevistadas.

João Elias da Cruz Neto (2008) elenca que conseguir determinada fonte pode ser considerado um trabalho demorado, sendo mais fácil consegui-las no ambiente externo da redação, visto haver um contato mais pessoal com aquelas.

### 5.3 ENTREVISTAS

Francisco de Assis (2010, p. 86), citando Marques de Melo (2003, p. 66), explicam que "[...] a entrevista é um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade".

Segundo Eduardo Belo (2006, p. 100) a entrevista consistia, via de regra, em um diálogo pessoal entre os envolvidos, isto é, restava efetivada mediante um diálogo "olho no olho" entre repórter e entrevistado. Mas, levando-se em consideração a nova modernidade, vem se efetivando à distância.

A rigor, entrevista significa um diálogo olho no olho, feito entre as vistas dos interlocutores. Com desenvolvimento da comunicação a distância, o vocábulo perdeu parte de sua acepção original. Hoje, "entrevistas" são feitas sem esse contato face a face, pelo telefone, por rádio e até por e-mail e fax. O conceito de entrevista empregado aqui, portanto, leva em conta essas mudanças.

Alexandre Carvalho, Fábio Diamante, Thiago Bruniera e Sérgio Utsh (2010), dizem que o pauteiro deve possuir grande atenção com as entrevistas, verificando de maneira precisa onde que serão feitas, pois a entrevista concedida em um local mais adequado tende a torná-la mais efetiva.

Eduardo Belo (2010, p. 104-105) pontua diversos critérios que devem ser observados durante a entrevista, como, por exemplo, o fato de não demonstrar timidez, muito menos ansiedade, condutas agressivas, expor ideias e questionamentos com clareza, efetuar uma pergunta de cada vez, além de evitar formalidades no momento da entrevista

#### QUADRO 3: Critérios que devem ser observados na entrevista

NUNCA DEMONSTRE TIMIDEZ EXCESSIVA
NEM ANSIEDADE
AGRESSIVIDADE, MUITO MENOS
PREPARE-SE. SAIBA DE ANTEMÃO TUDO QUE TEM DE PERGUNTAR. SE PUDER, FAÇA PERGUNTAS QUE SURPREENDAM A FONTE (MAS LEMBRE-SE DO RESPEITO
SE O ASSUNTO EMPERRAR, FAÇA PERGUNTAS GENÉRICAS (MAS RELACIONADAS AO TEMA) ATÉ ENCONTRAR NOVO VEIO
NÃO É PRECISO ESCREVER UMA REPORTAGEM COM <i>LEAD</i> , MAS TENHA EM MENTE QUE SUAS PERGUNTAS DEVEM NECESSARIAMENTE TRAZER RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DO <i>LEAD</i> (QUEM, QUANDO, ONDE, COMO E POR QUÊ)



NÃO MANIFESTE EMPOLGAÇÃO DIANTE DE INFORMAÇÕES SURPREENDENTES OU QUE A FONTE TENHA DEIXADO ESCAPAR. ELA PODE QUERER REAVALIAR O QUE DISSE
OBSERVE NÃO SÓ AS RESPOSTAS, MAS TAMBÉM O COMPORTAMENTO DOS ENTREVISTADOS
FALE COM CLAREZA DE IDEIAS E BOA DICÇÃO
FAÇA UMA PERGUNTA DE CADA VEZ
DEMONSTRE CONFIANÇA, MAS SEM SOBERBA
EVITE EXCESSOS DE FORMALISMO COM O ENTREVISTADO
FUJA TAMBÉM DA INTIMIDADE EXCESSIVA
SE PUDE, ENTREVISTE ANTES OUTRAS PESSOAS ACERCA DO MESMO ASSUNTO QUE VAI TRATAR COM A FONTE PRINCIPAL E ATÉ SOBRE A PRÓPRIA FONTE

FONTE: Eduardo Belo (2010, p. 104-105)

Alexandre Carvalho, Fábio Diamante, Thiago Bruniera e Sérgio Utsh (2010, p. 38) também pontuam a necessidade de sempre questionar o entrevistado, pois perguntar em excesso, nunca se mostrará demais, vez que o que não se é admissível é que haja dúvidas quanto àquilo que o repórter precisa e quer saber.

Tenha em mente que perguntar nunca é demais. Peque pelo excesso, não pela omissão. Não deixe dúvidas para o entrevistado sobre o que você precisa e sobre o que está fazendo. Isso pode evitar que a equipe volte para a redação sem a matéria-prima necessária.

Luciana Bistane e Luciane Bacellar (2005) explicam a necessidade de o repórter estar bem preparado para a entrevista, pois, aquele que não possui um bom conhecimento sobre o assunto, dificilmente fará boas perguntas. Assim, é necessário que o profissional faça uma leitura a respeito do assunto, de modo que fique preparado para executar uma entrevista satisfatória.

Nesse sentido, João Elias Cruz Neto (2008) aponta que o repórter deve conversar com o entrevistado, com as câmeras desligadas, possibilitando que o profissional retire algumas dúvidas a respeito do assunto.

Conforme entendimento de Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima (2002) faz-se necessário que a entrevista tenha começo, meio e fim, sendo que em grande parte do tempo é importante que o entrevistador se coloque no lugar do telespectador, de modo a perguntar algo consideravelmente relevante.

Ainda, Alexandre Carvalho, Fábio Diamante, Thiago Bruniera e Sérgio Utsch (2010, p. 38), pontua que “Tenha em mente que perguntar nunca é demais. Peque

pelo excesso, não pela omissão. Não deixe dúvidas para o entrevistado sobre o que você precisa e sobre o que está fazendo”.

De acordo com as circunstâncias sobre a sua realização, as entrevistas podem ser: coletiva, ocasional e dialogal.

Para João Elias da Cruz Neto (2008), a entrevista coletiva é aquela em que o entrevistado se submete a vários repórteres ao mesmo tempo, que, por sua vez, estão vinculados a veículos de comunicação distintos. Por sua vez, na entrevista ocasional não há qualquer marcação prévia, que normalmente ocorre quando se pretende saber a opinião da sociedade sobre determinado acontecimento.

A entrevista dialogal, de acordo com João Elias da Cruz Neto (2008, p. 47):

[...] é a entrevista geralmente marcada com antecipação que reúne o entrevistado e o repórter em um local específico e que evolui a partir das questões propostas pelo repórter e permite um maior aprofundamento das questões abordadas. Essa é a entrevista que foi marcada pelo produtor e o repórter sai da redação já sabendo que vai entrevistar tal pessoa.

No contexto do jornalismo, existem algumas espécies de entrevistas que podem ser classificadas de acordo com os seus objetivos: entrevista ritual, entrevista em profundidade, entrevista temática, entrevista testemunhal.

Na entrevista ritual, para João Elias da Cruz Neto (2008), esta diz respeito a uma entrevista breve, que tem o objetivo de fazer com que o entrevistado exponha suas ideias na matéria. Já a entrevista em profundidade visa o próprio entrevistado, que pode se respaldar na vida pessoal desta figura, ou até mesmo nas atividades que desenvolve. Na entrevista temática, há a delimitação de determinado tema, no qual há condições do entrevistado expor seus conhecimentos.

É possível mencionar que a entrevista testemunhal “[...] é o relato de um entrevistado sobre algo de que participou ou assistiu. Pode ser citada como exemplo a entrevista realizada com testemunhas de um acidente”, segundo João Elias da Cruz Neto (2008, p. 47).

Quando se tratar de uma entrevista para a televisão, João Elias da Cruz Neto (2008) explana a necessidade de o repórter conversar com o entrevistado antes do iniciá-la, além de tirar todas as dúvidas que possam existir quanto à pauta, pois apenas após ser definido o que realmente o entrevistado irá dizer é que se torna possível que a matéria seja gravada. Ainda com a câmera ligada, é necessário que

haja a conversa com o entrevistado, sem que seja necessário colocar o microfone para que o entrevistado responda as perguntas.

Os autores Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima (2002, p. 84) mencionam a grandiosidade da entrevista televisiva, que transmite de maneira poderosa a intimidade daquele que se está entrevistando, ato que nem sempre é possível por veio do jornalismo expresso:

A entrevista em televisão tem o poder de transmitir o que o jornalismo impresso nem sempre consegue: a exposição da intimidade do entrevistado. Os gestos, o olhar, o tom de voz, o modo de se vestir, a mudança no semblante influenciam o telespectador. Esses maneirismos também mudam a ação do entrevistador, que na medida em que adquire experiência consegue tirar do entrevistado mais do que ele gostaria de dizer. Boas entrevistas são as que revelam conhecimentos, esclarecem fatos e marcam opiniões. Quando isso acontece a notícia avança e abre espaço para novas entrevistas e reportagens.

#### 5.4 TEXTO

É importante destacar que quando se trata de reportagem para a televisão, a utilização do texto se efetiva de maneira *off*, pois é lido pelo repórter, mas coberto por imagens. Há também a passagem, a cabeça, e a nota-pé, conforme destaca João Elias da Cruz Neto (2008, p. 48):

Em reportagem de televisão, o texto é utilizado no *off* (texto lido pelo repórter e coberto com imagens); passagem (texto falado pelo repórter no momento em que ele aparece na matéria); cabeça (texto lido pelo apresentador para chamar a matéria) e, também, nota-pé (texto lido pelo apresentador depois da exibição da matéria para complementar com alguma informação).

Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima (2002) pontuam a necessidade do texto jornalístico sempre “[...] ser claro, conciso, direto, preciso, simples e objetivo. São normas universais, de absoluto consenso em TV, rádio, internet, jornal ou revista”, pouco importando se o veículo é impresso ou eletrônico. Assim, o texto deve ser pautado em termos coloquiais, sem que, para tanto, seja utilizada uma linguagem vulgar. Quando houver a utilização de termos técnicos que são utilizados por determinadas profissões (médicos, advogados e engenheiros), estes devem ser devidamente explicados.

Destaca-se que o texto referente à reportagem televisiva deve se mostrar mais direto do que aquele que consta no texto impresso, devendo, para tanto, ser

empregadas palavras corretas, de modo que as pessoas possam entender com clareza o que está sendo repassado, de acordo com João Elias da Cruz Neto (2008).

João Elias da Cruz Neto (2008, p. 50) ensina que “A forma mais completa de apresentar um texto de um telejornal é através da reportagem”. Recomenda-se, ainda, que na reportagem televisiva a matéria possa terminar em *off*.

## 5.5 EDIÇÃO

No entendimento do autor João Elias da Cruz Neto (2008, p. 81), diz respeito a uma montagem de determinada reportagem, para que posteriormente possa ser exibida:

A edição é a montagem de áudio e vídeo de uma reportagem para, posteriormente, ser exibida.

O que ocorre no dia-a-dia é o seguinte: depois de executada a pauta, o repórter, na maioria das vezes, envia uma fita para a redação contendo separadamente as entrevistas realizadas, as imagens feitas e o *off* gravado, além do texto escrito. Ao chegar à redação, o editor é o local onde estão os equipamentos para a edição de uma reportagem.

Repórter e editor devem caminhar juntos, conforme Alexandre Carvalho, Fabio Diamante, Thiago Bruniera e Sérgio Utsch (2010), mais precisamente quando se trata daquelas reportagens mais especiais, pois um diálogo que se mostre mais permanente irá deixar os aspectos que rondam a entrevista mais clara.

Aquele que editar o texto se tornará responsável pela matéria, sendo que a primeira parte consiste em montar a matéria, que leva em consideração o *off* do repórter, sendo que o editor do texto passa os trechos de *off* para a denominada fita base, de acordo com João Elias da Cruz Neto (2008).

Para Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima (2002), a função exercida pelo editor é muito trabalhosa, além de ensejar pouca visibilidade ao jornalista. Entretanto, é de grande relevância, pois a edição diz respeito à montagem final da reportagem, para posterior ida ao ar.

Sebastião Squirra (1993) salienta que o editor deve possuir experiência jornalística, além de compreender o meio eletrônico, dominando seus recursos e as formas de apoio visual que se encontrarem disponíveis. Deve, ainda, interessar-se pelos aspectos criativos, dominando o recurso eletrônico.

No entendimento de João Elias da Cruz Neto (2008), uma boa edição depende de seu editor, pois duas pessoas, que possuem o mesmo material, bem como a mesma reportagem, farão a mesma edição.

Quando se tratar de edição de imagens, João Elias da Cruz Neto (2008, p. 87) pontua algumas regras, como o fato de não se cortar imagens que estejam em movimento, além de definir o tempo que se mostra útil a cada cena, além de não colocar duas imagens em um plano aberto:

E existem algumas regras básicas que o editor de imagens deve seguir para cobrir uma matéria. São elas:

- Não se pode cortar imagens em movimentos;
- Deve definir o tempo útil de cada cena; isso vai depender da imagem, de como ela foi feita;
- Não se deve colocar duas imagens fechadas do mesmo conteúdo seguidas;
- Evitar a inversão da regra dos 180 graus;
- Não colocar duas imagens seguidas em plano aberto.

Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima (2002) ensinam que “A edição precisa de equilíbrio. *Off* longo seguido de sonora curta ou *off* curto seguido de sonora longa quebra o ritmo da reportagem”. Ainda, quanto à cobertura do *off*, esta deve ser realizada de maneira conjunta pelo editor, assim como pelo editor de imagens.

Nesse mesmo sentido Sebastião Squirra (1993) explica que a questão do equilíbrio é de grande relevância para o editor, especialmente no que tange a utilização das imagens que estejam inseridas no texto.

## 6 DIFERENÇAS ENTRE DOCUMENTÁRIO X REPORTAGEM

A análise das diferenciações sobre documentário e reportagem é importante para a realização deste estudo para delimitar o formato correto deste produto, de acordo com os objetivos pretendidos. Fernão Pessoa Ramos (2008) define que a conceituação do documentário é confundida com o modelo estilístico de determinada narrativa documentária, que está disposta em sua modalidade clássica e, assim, provoca confusão.

De acordo com José Carlos Aronchi de Souza (2015), o documentário diz respeito à antítese da fabricação da fantasia, sendo que o conteúdo que é abordado está vinculado a determinados acontecimentos históricos, além de sociais, políticos, econômicos e científicos.

Para o autor Fernão Pessoa Ramos (2008), o documentário diz respeito a uma narrativa que contempla imagens-câmeras, sendo que em grandes ocasiões podem estar acompanhadas de imagens de animação, além de ruídos, músicas e falas.

No documentário, o que se requer é a busca de diversas informações sobre algum tema, o que faz com que a sua duração seja maior do que as reportagens que são passadas nos telejornais, conforme José Carlos Aronchi de Souza (2015).

Quando comparado ao campo da ficção, Fernão Pessoa Ramos (2008) delimita que existem algumas características que o diferenciam, como, por exemplo, a intenção do autor em realizar determinado comentário, há a presença de locução, assim como a presença de entrevistas e/ou depoimentos, além da utilização de imagens e personagens.

Ainda, o documentário pode ou não demonstrar algo que é real, isto é, também pode se embasar em meras ficções. Pode também analisar determinado contexto histórico, reconstituindo e interpretando determinado fato que embora tenha ocorrido no passado, ainda se mostra intenso no presente, conforme Fernão Pessoa Ramos (2008).

José Carlos Aronchi de Souza (2015, p. 140) define que o documentário é “O programa formatado como documentário procura convencer o telespectador de que as informações são verdadeiras”.

Bill Nichols (2005) ensina que os documentários tendem a extrair determinadas histórias que os indivíduos trazem.

Já a reportagem, no entendimento de José Carlos Aronchi de Souza (2015), é utilizada especialmente no telejornalismo, sendo de curta duração, visto que quando se trata de documentário, a duração se torna um pouco maior. É possível também traçar como características da reportagem o fato de repórter ser colocado em evidência, que narra determinado assunto, bem como efetua entrevistas.

O autor Fernão Pessoa Ramos (2008) distingue acertadamente o documentário da reportagem. O documentário consiste em abranger um espaço mais denso de expressão que advêm do autor, o que normalmente não ocorre com a reportagem. Além disso, o documentário se constitui de determinados fatos narrativos que se vincula em determinado tempo que muito se assemelha ao filme. Já na reportagem, a narrativa em nada se confunde com o filme, posto estar inserido em outro mecanismo enunciativo, qual seja, o programa.

Fernão Pessoa Ramos (2008) ainda questiona se o programa *Globo Repórter*, por exemplo, é um documentário ou uma reportagem. O autor define que até 1984 este programa dizia respeito a um documentário, passando a firmar um formato de reportagem com o passar dos anos, tornando-se, atualmente, um programa de variedade, sob a modalidade reportagem de telejornal, trazendo grandes diferenças quando comparado a década de 80, em que se dominada o documentário.

José Carlos Aronchi de Souza (2015) também define que o documentário pode abranger um formato diferenciado quando comparados aos demais gêneros, posto que albergará videoclipes, debates, além de entrevistas e narrações em *off*, de modo que o documentário não se torne repetitivo.

O autor Bill Nichols (2005, p. 135) também elenca que podem ser verificadas seis espécies de documentários, sendo que cada um deles possui uma voz distinta, dividindo-se em “(...) poético, expositivo, participativo, observativo, reflexivo e performático”.

De acordo com Bill Nichols (2005), o poético tende a compartilhar o mundo comum com a vanguarda moderna, sendo um instrumento hábil para proporcionar métodos alternativos de conhecimentos, mas que, por sua vez, demonstra ser muito abstrato. Já no documentário expositivo, há uma grande vinculação com o tratamento histórico, sendo, ainda, muito didático, ao passo que o documentário participativo se respalda em entrevistas, sendo um método invasivo, além de trazer uma historicidade ingênua.

No documentário observativo, há a observação das coisas conforme elas acontecem, e, portanto, há ausência de um contexto histórico. No documentário reflexivo, é mais abstrato, além de retirar a forma familiar dos outros modelos. No modo performático, há a demonstração de material, que visa compreender os processos mais gerais que estão em funcionamento na sociedade, aproximando-se do domínio do cinema experimental, segundo Para Bill Nichols (2005).

Para o desenvolvimento deste estudo, será utilizada uma grande reportagem, que diz respeito às reportagens mais extensas, posto se aprofundar mais sobre o tema, conforme Ricardo Kotscho (2009).

Assim, é clara a diferenciação entre documentário e reportagem, mais especificamente a grande reportagem, salientando Sousa e Aroso (2003) que na grande reportagem o ritmo que se refere, o texto deve ser menos intenso quando comparado aos outros gêneros.

Para a efetivação da grande reportagem, Kotscho (2009, p. 71) ressalta a necessidade de se estudar de maneira mais detalhada os assuntos que estão envolvidos, sendo necessária, ainda, a verificação das informações pelo repórter, como meio de repassar aspectos precisos ao ouvinte.

O autor também ressalta a ideia de que a grande reportagem também proporciona grande fascínio ao profissional, proporcionando também responsabilidades e desafios, de modo que a pesquisa seja realizada de maneira eficaz.

[...] é assim que, nas redações, se fala das matérias mais extensas, que procuram explorar um assunto em profundidade, cercando todos os seus ângulos. Elas têm esse nome não só porque realmente são grandes, em número de linhas e de páginas de jornal - cada uma delas daria um livro à parte -, mas também porque este tipo de reportagem significa um investimento muito grande, tanto em termos humanos, para o repórter, como financeiros, para a empresa.

Como exemplo de grande reportagem, pode-se citar a reportagem realizada por Marcelo Canelas no *Fantástico*, mais especificamente em 01 de outubro de 2017, que trata do fato de saber quem é contra e quem é a favor da liberação da maconha no Brasil, indagando-se diversas perguntas a respeito do tema:

Por que o combate ao tráfico de drogas não está funcionando? Legalizar o comércio da maconha seria uma forma de enfrentar os traficantes? Manter a proibição resolve? O consumo deve deixar de ser crime ou punido com rigor?



A polêmica já chegou ao Supremo Tribunal Federal. O **Fantástico** ouviu especialistas nesse debate nacional. Afinal, o que fazer com o consumo de maconha no Brasil?<sup>2</sup>

Sem dúvidas, a discussão sobre a legalização ou não da maconha no Brasil é um tema que para ser realizado de maneira mais eficaz deve ser feito mediante o uso da grande reportagem, pois são inúmeros aspectos que o rondam e, portanto, deve ser analisada de maneira mais detalhada, de modo que todos os aspectos possam ser esclarecidos de maneira mais aprofundada ao telespectador, visto ser um interesse de toda a coletividade.

Diante disso, justifica-se a escolha do formato grande reportagem, que será utilizada por esta acadêmica para a finalização do trabalho de conclusão de curso, por ser um produto do gênero informativo.

Opta-se pela realização da grande reportagem neste trabalho de conclusão de curso, na medida em que diz respeito a uma matéria mais extensa e, de acordo com Kotscho (2009), há maior concentração de tempo, visto que determinada situação deve ser vista de maneira mais aprofundada:

O que instiga também a realização da grande reportagem neste estudo acadêmico é o fato de que as grandes reportagens não estão sendo trabalhadas de maneira tão constante pelos meios de informação, conforme critica Kotscho (2009). Portanto, é uma forma de resgatar este mecanismo, que se mostra tão relevante no âmbito do jornalismo, visto que existem determinadas pesquisas que devem ser tratadas com mais cuidado pelo profissional da área e, diante disso, deve ser efetivada mediante a grande reportagem.

O Trabalho de Conclusão de Curso ocorre com a pesquisa referente à proteção animal de Curitiba, em que várias pessoas se unem de maneira gratuita, mediante ajuda de terceiros, para trabalhar em prol de seres indefesos, que são maltratados e abandonados, nada podendo fazer por si mesmo.

Neste particular, nota-se que é grande a importância da proteção animal em Curitiba, sendo certo que se faz necessária uma análise mais aprofundada sobre o tema, que somente será possível alcançar mediante a grande reportagem, pois é necessário saber quem são essas pessoas, o que fazem, como vivem, como atuam, de que forma conseguem manter a causa animal.

---

<sup>2</sup> G1. **Saiba quem é contra e quem é a favor da liberação da maconha no Brasil**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/09/saiba-quem-e-contra-e-quem-e-favor-da-liberacao-da-maconha-no-brasil.html>>. Acesso em: 05 out. 2017.

Enfim, são diversas peculiaridades que somente podem ser alcançadas com a grande reportagem.

## 7 PRODUÇÃO

Observando que os personagens têm muita importância para a construção da reportagem, o critério da seleção das fontes foi cautelosamente pensado, para dar mais credibilidade.

É muito importante destacar que as pessoas entrevistadas não são só fontes oficiais, mas também fontes secundárias, que ajudarão com suas histórias de vida, contando como trabalham com a causa animal.

Abaixo, seguem as listas das figuras que serão entrevistadas, com as respectivas funções:

QUADRO 4: Lista de entrevistados e funções

ENTREVISTADOS	FUNÇÃO
<b>Vivien Midori Morikawa</b>	Chefe da Divisão de Monitoramento e Proteção Animal
<b>Fabiane Rosa</b>	Vereadora - defensora da causa animal
<b>Ong Salva Bicho</b>	Protetores Independentes
<b>Neusa dos Santos</b>	Voluntária Terminal Barreirinha

Na produção dessa Grande Reportagem serão captadas imagens de cães abandonados da Ong Salva Bicho, imagens da Câmara Municipal com a vereadora Fabiane Rosa, Departamento de Saúde Comunitária com a chefe da Rede de Proteção de Curitiba e imagens dos cães do Terminal do Barreirinha e voluntária do Cão comunitário.

É importante pontuar que o produto foi realizado graças aos trabalhos técnicos de Kevin Capobianco (cinegravista) e Leonardo Bechtloff (mesa de edição).

A autora deste trabalho foi a responsável pelo conceito, pesquisa, produção, roteiro, reportagem e edição final do produto.

### 7.1 ROTEIRO

O roteiro pode ser entendido como sendo um aspecto substantivado, que dispõe sobre determinada pessoa(s), podendo também conter lugar(es), que vive determinada “coisa”. De acordo com Field (2001), todos os roteiros abrangem esse contexto inicial. Para Field (2001), o roteirista conta com mais ou menos trinta páginas

para demonstrar os personagens, além da história, suas circunstâncias e a premissa dramática, além de estabelecer os relacionamentos que irão unir o personagem principal com os demais membros.

O autor (2001) ainda afirma que dez minutos dizem respeito a dez páginas de roteiro, sendo esta parte inicial a que se mostra mais relevante para a sua formulação, posto que mencionará ao leitor a quem será atribuído o papel de personagem principal, assim como a premissa e a situação dramática.

A Grande Reportagem aqui apresentada, tem a seguinte sequência:

- 1 - Começa mostrando os cães nas ruas da cidade.
- 2 – Continua falando sobre os cães comunitários e traz uma entrevista com a voluntária do Terminal Barreirinha
- 3 - Mostra em seguida como é o processo de resgate da ONG Salva Bicho, com entrevista feita com a voluntária da ONG eos abrigos onde os animais permanecem até irem para adoção
- 4 - A seguir, mostra o momento da adoção e entrevista a responsável da Salva Bicho sobre o pagamento das despesas para manter os animais.
- 5 - O próximo passo é sobre a Rede de Proteção Animal da Prefeitura e seus objetivos, falando sobre um caso recente de maus tratos que teve grande repercussão.
- 6 – Finaliza com uma passagem feita no bairro Seminário para falar da história da vereadora Fabiane Rosa, eleita pela causa animal, e sua atuação parlamentar.

## 7.2 CRONOGRAMA

A produção deste TCC partiu do seguinte cronograma de atividades:

ATIVIDADES	DATAS
Envio do capítulo 5 – Reportagem e Suas Etapas	17 de setembro
Envio do Capítulo 6 - Documentários e Reportagem	22 de setembro
Envio do Capítulo 7 - Produção	09 de outubro
Marcação das primeiras entrevistas	22 de setembro
Produção e entrevistas, captação de imagens	25 de setembro até 25 de outubro
Início da edição	26 de outubro
Apresentação da primeira versão editada	06 de novembro

Finalização da edição	06 a 19 de novembro
Apresentação da versão final do programa	20 de novembro
Ajustes finais da reportagem e do texto do TCC para entrega para a banca	21 a 30 de novembro

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abrange a questão da proteção animal em Curitiba, pois, considerando a prática reiterada de abandonos e maus tratos de animais, é necessária uma atuação da sociedade para efetivar os direitos da população animal. Cabe aos jornalistas também produzir trabalhos neste sentido, visto que, com um diagnóstico realizado neste trabalho, constatou-se que existem poucas reportagens sobre o tema.

Assim, para tentar preencher essa lacuna, o produto jornalístico em questão destacou o trabalho de pessoas que agem cotidianamente nesta proteção. Destaca a função parlamentar, pois é no Poder Legislativo que são aprovadas normas jurídicas de acordo com as necessidades da sociedade. Além deste, mostra o papel desempenhado por ONG's, essenciais para a proteção animal.

Ainda entrevistada Vivien Midori Morikawa, chefe da Divisão de Monitoramento e Proteção Animal, para mostrar como está estruturada a proteção dos animais em Curitiba na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Assim, levando-se em consideração a amplitude do tema, optou-se neste trabalho acadêmico em realizar uma grande reportagem, que é um produto jornalístico feito de maneira mais extensa, visando aprofundar determinado assunto.

Por meio dela, mostra-se determinados aspectos sociais que são considerados como complexos. Mais especificamente sobre a causa animal, a reportagem optou por mostrar quem cuida dos animais na cidade de Curitiba, entendendo ser de grande relevância um estudo e produto aprofundado sobre o assunto.

O produto foi realizado com a ajuda de Kevin Capobianco, como cinegrafista, e Leonardo Bechtloff, como Técnico de Edição. Sheila Miranda foi responsável pelo conceito, pesquisa, produção, roteiro reportagem e edição final do produto.

## REFERÊNCIAS

ANIMAL E NATUREZA. **Quem somos**. [2017]. Disponível em: <<http://www.animalnatureza.org.br/paginas.php?pagina=QUEMSOMOS>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo. **Manual de telejornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

BISTANE, Luciana; BACELLAR, Luciane. **Jornalismo de TV**. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 16 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Disponível em: <<http://www.urca.br/ceua/arquivos/Os%20direitos%20dos%20animais%20UNESCO.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.842, de 13 de junho de 2001**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3842.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.173, de 14 de dezembro de 1983**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7173.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7173.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.643, de 18 de dezembro de 1987**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7643.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7643.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10519.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10519.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CARVALHO, Alexandre; DIAMANTE, Fábio; BRUNIERA, Thiago, Thiago; UTSH, Sérgio. **Reportagem na TV**. São Paulo: Contexto, 2010.

CURITIBA. **Rede de proteção animal**. Disponível em: <<http://www.protecaoanimal.curitiba.pr.gov.br/Conteudo/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

DIAS, Edna Cardozo. **A defesa dos animais e as conquistas legislativas do movimento de proteção animal.** Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10297>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

DIMENSTEIN, G.; KOTSCHO, R. **A aventura da reportagem.** São Paulo: Summus, 1990.

EU QUERO AJUDAR CURITIBA. **Animais.** Disponível em: <<https://euqueroajudarcuritiba.com/animais/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

FLOSI, Edson. **Por trás da notícia.** São Paulo: Summus, 2012.

FIELD, Syd. **Manual do roteiro: os fundamentos do texto cinematográfico.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas.** 4. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

GOMES, Daniele. **A legislação brasileira e a proteção aos animais.** Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5595/A-legislacao-brasileira-e-a-protecao-aos-animais>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

GRUPO FORÇA ANIMAL. **Salve a vida de um animal.** Disponível em: <<http://grupoforcaanimal.wixsite.com/grupoforcaanimal>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

G1. **Saiba quem é contra e quem é a favor da liberação da maconha no Brasil.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/09/saiba-quem-e-contra-e-quem-e-favor-da-liberacao-da-maconha-no-brasil.html>>. Acesso em: 05 out. 2017.

HAGAH. **Sociedade Protetora de Animais de Curitiba (SPAC).** Disponível em: <<https://www.hagah.com.br/sociedade-protetora-dos-animais-de-curitiba-spac-professora-sandalia-manzon-113>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2009.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico.** 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

\_\_\_\_\_. **Linguagem jornalística.** São Paulo: Ática, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO, Arlindo. **A Televisão levada a sério.** São Paulo, Editora Senac, 2005.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil.** São Paulo: Universidade Metodista, 2010.



MORIKAWA, VivienMidori. **Informações obtidas junto à Prefeitura de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2017.

MUNIZ, Cristiano dos Santos. **Jornalismo ambiental: conceitos e especificidades**. Universidade do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2009.

NETO, Cruz. **Reportagem de televisão: como produzir, executar e editar**. Petrópolis: Vozes, 2008.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 2005.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... O que é mesmo documentário?** São Paulo: Senac, 2008.

REZENDE, G. J. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2000.

SALEME, Edson Ricardo. **Direito constitucional**. São Paulo: Manole, 2011.

SALVA BICHO. **Quem somos**. Disponível em: <<http://salvabicho.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

SILVA, Roberto Baptista Dias da. **Manual de direito constitucional**. São Paulo: Manole, 2007.

SIRAQUE, Vanderlei. **O papel do parlamentar**. Disponível em: <[http://www.siraque.com.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=684](http://www.siraque.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=684)>. Acesso em: 16 jun. 2017.

SODRÉ, Muniz e Ferrari, Maria Helena. **Técnica de reportagem – Notas sobre a Narrativa Jornalística**. 7 ed. São Paulo: Summus, 1986.

SOUSA, J. P.; AROSO, I. **Técnicas jornalísticas nos meios eletrônicos: princípios de radiojornalismo, telejornalismo e jornalismo on-line**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2003.

SOUZA, José Carlos Aronchi de. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2015.

SQUIRRA, Sebastião. **Aprender telejornalismo: produção e técnica**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO. **Manual de Redação**. Disponível em: <<http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2017.